

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

DIREITO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DIREITO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

DISCIPLINA: SISTEMA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO AMBIENTAL
RESUMO
Esta disciplina foi dividida em temas relevantes para compreender como a gestão das ações que envolvem os recursos naturais foi preconizada pelo mundo com base em legislações ambientais, que também se concretizaram na América do Sul e, especificamente, no Brasil. Desse modo, as etapas abordarão os seguintes temas: fundamentos da gestão ambiental; aspectos ecológicos, econômicos e sociais; métodos, técnicas e tecnologias aplicados à gestão ambiental; políticas e direito ambiental sob a perspectiva da gestão ambiental; os principais aspectos da aplicação da gestão ambiental no Brasil; impactos ambientais contemporâneos e a gestão ambiental e impactos ambientais sobre a qualidade das águas.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INTRODUÇÃO GESTÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PRINCÍPIOS DA ECOLOGIA CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE ECONOMIA E MEIO AMBIENTE ÉTICA E RESPONSABILIDADE AMBIENTAL NA PRÁTICA FINALIZANDO
AULA 2 INTRODUÇÃO ABORDAGEM INTEGRADA DE MÉTODOS E TÉCNICAS PARA PLANEJAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL GESTÃO AMBIENTAL E TOMADA DE DECISÕES INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE AVALIAÇÃO E GERENCIAMENTO DE RISCO GEOTECNOLOGIAS E MODELAGEM AMBIENTAL ASSOCIADAS À GESTÃO AMBIENTAL NA PRÁTICA FINALIZANDO
AULA 3 INTRODUÇÃO MARCOS AMBIENTAIS NO BRASIL E NO MUNDO CONCEITOS IMPORTANTES: UMA APROXIMAÇÃO AO DIREITO AMBIENTAL POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE E LEGISLAÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA INSTRUMENTOS DE GESTÃO NO BRASIL: PADRÕES DE QUALIDADE AMBIENTAL E O ZONEAMENTO AMBIENTAL INSTRUMENTOS DE GESTÃO NO BRASIL: AIA, EIA/RIMA E UC NA PRÁTICA FINALIZANDO

AULA 4

INTRODUÇÃO
SETOR PRODUTIVO E EMPRESARIAL E GESTÃO AMBIENTAL
QUESTÃO EMPRESARIAL NO BRASIL
O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM ÂMBITO EMPRESARIAL NO BRASIL
PRODUÇÃO MAIS LIMPA E ECOEFICIÊNCIA
EDUCAÇÃO AMBIENTAL
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

AULA 5

INTRODUÇÃO
ASPECTOS GERAIS SOBRE POLUIÇÃO
POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA
MONITORAMENTO DA QUALIDADE DO AR NO BRASIL
IMPACTOS AMBIENTAIS NO ESPAÇO RURAL
A ATUAÇÃO DO GEÓGRAFO NA ÁREA DE MEIO AMBIENTE
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

AULA 6

INTRODUÇÃO
POLUIÇÃO DAS ÁGUAS
TRATAMENTO DOS EFLUENTES: DOMÉSTICOS, INDUSTRIAIS E AGRÍCOLAS
INDICADORES DE QUALIDADE: ÍNDICE DE QUALIDADE DAS ÁGUAS (IQA)
ESTAÇÕES DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS
GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

BIBLIOGRAFIAS

- BANCO DO BRASIL et al. Carta de princípios para o desenvolvimento sustentável. 1 f. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/182/_arquivos/protocolo_verde_carta_de_intenes_1995.pdf. Acesso em: 11 set. 2019.
- PHILIPPI JR, A.; ROMÉRO, M. de A.; BRUNA, G. C. (Ed.). Curso de gestão ambiental. 1. ed. Barueri: Manole, 2004.
- QUINTAS, J. S. Introdução à gestão ambiental pública. 2. ed. rev. Brasília: Ibama, 2006.

DISCIPLINA:

DIREITO E LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

RESUMO

Em nossa disciplina, vamos conhecer os princípios e conceitos mais importantes do direito ambiental e as principais legislações brasileiras aplicadas à proteção do meio ambiente. Iniciaremos nossas primeiras aulas conhecendo a história do direito ambiental brasileiro e o contexto histórico em que ela se encaixa. Em seguida, abordaremos seus conceitos e princípios. Estudaremos a fundo a Política Nacional do Meio Ambiente e seus principais instrumentos de aplicação, como o licenciamento ambiental.

Posteriormente, vamos conhecer os instrumentos legais para a proteção da fauna, flora, recursos hídricos, meio terrestre e meio atmosférico. Lembre-se de que a legislação brasileira está em constante atualização. Assim, é necessário sempre estar atento às mudanças que ocorrem tanto no cenário nacional quanto em cenários estadual e local.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

DIREITO AMBIENTAL INTERNACIONAL

DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO

DIREITO AMBIENTAL E MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO

PRINCÍPIOS ESTRUTURANTES DO DIREITO AMBIENTAL

AULA 2

INTRODUÇÃO

RESPONSABILIDADE PELOS DANOS CAUSADOS

REPARAÇÃO DO DANO AMBIENTAL

A COMPETÊNCIA CONSTITUCIONAL EM MATÉRIA AMBIENTAL

O SISTEMA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE

AULA 3

INTRODUÇÃO

AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

PADRÕES DE QUALIDADE AMBIENTAL

ZONEAMENTO AMBIENTAL

AULA 4

INTRODUÇÃO

SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

LEI DE CRIMES AMBIENTAIS

CRIMES CONTRA A FAUNA E A FLORA

AULA 5

INTRODUÇÃO

PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS E ENQUADRAMENTO

OUTORGA DE USO, COBRANÇA E SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÃO SOBRE OS RECURSOS HÍDRICOS

POLÍTICA NACIONAL DO SANEAMENTO BÁSICO

NOVO MARCO REGULATÓRIO DO SANEAMENTO

AULA 6

INTRODUÇÃO

INSTRUMENTOS DO ESTATUTO DA CIDADE

ZONEAMENTO INDUSTRIAL

RESÍDUOS SÓLIDOS

OUTROS INSTRUMENTOS LEGAIS PARA A DEFESA DO MEIO AMBIENTE

BIBLIOGRAFIAS

- ASSUNÇÃO, T. Direito ambiental internacional. Curitiba: Contentus, 2020.
- FIORILLO, C. A. P. Curso de direito ambiental brasileiro. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
- MATTHES, R. Manual de direito ambiental. São Paulo: Rideel, 2020.

DISCIPLINA: LICENCIAMENTO AMBIENTAL
RESUMO
A disciplina de Licenciamentos Ambientais aborda vários temas, entre os principais, podemos destacar: avaliação e planejamento ambiental; avaliação de impacto ambiental; licenciamento ambiental ; controle e monitoramento ambiental; fiscalização e instrumentos de gestão ambiental e planejamento e gestão de áreas protegidas.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INTRODUÇÃO HISTÓRICO IMPACTO E DANO AMBIENTAL ATIVIDADES SUJEITAS AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL COMPETÊNCIA DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL
AULA 2 INTRODUÇÃO SISTEMAS DE GESTÃO CONAMA MINISTÉRIO PÚBLICO INSTRUMENTOS DE GESTÃO AMBIENTAL ASSOCIADOS
AULA 3 INTRODUÇÃO CONDICIONANTES AMBIENTAIS MODELOS DE DOCUMENTOS TÉCNICOS ANÁLISE DE RISCO CADASTRO AMBIENTAL RURAL
AULA 4 INTRODUÇÃO LICENÇA PRÉVIA LICENÇA DE INSTALAÇÃO LICENÇA DE OPERAÇÃO MONITORAMENTO AMBIENTAL
AULA 5 INTRODUÇÃO SISTEMAS DE ABASTECIMENTO E ESGOTAMENTO SANITÁRIO PROJETOS URBANÍSTICOS CONSTRUÇÃO CIVIL AQUICULTURA

AULA 6

INTRODUÇÃO
DIAGNÓSTICO AMBIENTAL
ÁREA DE INFLUÊNCIA
PROGNÓSTICO AMBIENTAL
RIMA

BIBLIOGRAFIAS

- BRILHANTE, O. M.; CALDAS, L. Q. A. Gestão e avaliação de risco em saúde ambiental. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999. 155 p. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 15 ago. 2018.
- BUENDÍA, M. P. La evaluación del Impacto ambiental y social para el siglo XXI. España: Editorial Fundamentos, 2002.
- CERRI NETO, M.; FERREIRA, G. C. Poluição: incompatibilidades entre conceitos legal e técnico. Geociências, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 165-180, 2009.

DISCIPLINA:

DIREITO E LEGISLAÇÃO SOCIAL

RESUMO

O conceito de Direito Administrativo Brasileiro, para nós, sintetiza-se no conjunto harmônico de princípios jurídicos que regem os órgãos, os agentes e as atividades públicas tendentes a realizar concreta, direta e imediatamente os fins desejados pelo Estado” (Meirelles, 1991). Celso Antônio Bandeira de Mello (2002) afirma que o direito administrativo é o ramo do direito público que disciplina a função administrativa, bem como pessoas e órgãos que a exercem. Hely Lopes Meirelles (1991), por sua vez, destaca que "os órgãos, agentes e atividades administrativas como instrumentos para realização dos fins desejados pelo Estado". Maria Sylvia Zanella Di Pietro afirma que o objeto do Direito Administrativo são os órgãos, agentes e as pessoas integrantes da Administração Pública no campo jurídico não contencioso. “O ramo do direito público que tem por objeto os órgãos, agentes e pessoas jurídicas administrativas que integram a Administração Pública, a atividade jurídica não contenciosa que exercer e os bens de que se utiliza para a consecução de seus fins, de natureza pública.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE
PRINCÍPIO DA MORALIDADE
PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE
PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA

AULA 2

INTRODUÇÃO
AUTARQUIA E EMPRESA PÚBLICA
SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA E FUNDAÇÃO PÚBLICA
PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
AGENTES PÚBLICOS

AULA 3

INTRODUÇÃO
ATRIBUTOS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS
ESPÉCIES DE ATOS ADMINISTRATIVOS
CLASSIFICAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS
EXTINÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

AULA 4

INTRODUÇÃO
CARACTERÍSTICAS DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
PRINCÍPIOS INFORMADORES DA LICITAÇÃO
MODALIDADES DE LICITAÇÃO
CONTRATAÇÃO DIRETA

AULA 5

INTRODUÇÃO
DA PERMISSÃO
CONVÊNIOS ADMINISTRATIVOS
BENS PÚBLICOS
RESPONSABILIDADE DO ESTADO

AULA 6

INTRODUÇÃO
SINDICÂNCIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR
FASES DO PROCESSO ADMINISTRATIVO E DA SINDICÂNCIA
DEFESA TÉCNICA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR OU NA
SINDICÂNCIA

BIBLIOGRAFIAS

- BRESSER-PEREIRA, L. C. Democracia, estado social e reforma gerencial. Rev. adm. empres., São Paulo, v. 50, n. 1, jan./mar. 2010.
- DI PIETRO, M. S. Z. Direito Administrativo. 14. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- DINIZI, M. H. Curso de direito civil brasileiro: teoria geral das obrigações. 26. ed. São Paulo: Saraiva 2011. v. 2.

DISCIPLINA:

DIREITO AMBIENTAL INTERNACIONAL

RESUMO

O ser humano existe há apenas 100 mil anos. Isso é muito pouco comparado com os 4,5 bilhões de anos do planeta. No entanto, foi só a partir do século XIX, especificamente durante a segunda metade do século XX, que a presença humana começou a gerar desequilíbrios e distúrbios para o meio ambiente natural. Isso ocorreu por fatores como o avanço da ciência e o surgimento de novas tecnologias, aumento exponencial da população e, conseqüentemente, da produção agrícola e industrial, bem como o uso intensivo de recursos extraídos da natureza.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
INÍCIO DA PREOCUPAÇÃO AMBIENTAL NOS EUA
DESASTRES AMBIENTAIS E O DESPERTAR DA CONSCIÊNCIA INTERNACIONAL
DOCUMENTOS PRECURSORES DO DIREITO AMBIENTAL INTERNACIONAL
O SURGIMENTO DO NOVO AMBIENTALISMO

AULA 2

INTRODUÇÃO
CONFERÊNCIAS MUNDIAIS SOBRE MEIO AMBIENTE
ORGANIZAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS QUE ATUAM COM MEIO AMBIENTE
ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS ESPECIALIZADAS EM PROTEÇÃO AMBIENTAL
ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

AULA 3

INTRODUÇÃO
CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA (CDB)
BIOTECNOLOGIA E BIOSSEGURANÇA
PROTOCOLO DE CARTAGENA SOBRE BIOSSEGURANÇA (PCB)
DEFAIOS E PERSPECTIVAS PARA A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DA
BIODIVERSIDADE

AULA 4

INTRODUÇÃO
PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS (IPCC)
CONVENÇÃO-QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE A MUDANÇA DO CLIMA
(UNFCCC)
REDUÇÃO DE EMISSÕES POR DESMATAMENTO E DEGRADAÇÃO (REDD+)
ACORDO DE PARIS: UM NOVO COMEÇO?

AULA 5

INTRODUÇÃO
PRINCÍPIOS DE DIREITO AMBIENTAL INTERNACIONAL ATINENTES À ÁGUA
REGULAÇÃO INTERNACIONAL
POLUIÇÃO DAS ÁGUAS INTERNACIONAIS
ESTUDO DE CASO: RECURSOS HÍDRICOS E A AMAZÔNIA

AULA 6

INTRODUÇÃO
REGULAMENTAÇÃO INTERNACIONAL
CONVENÇÃO DE ESTOCOLMO SOBRE POLUENTES ORGÂNICOS PERSISTENTES
CONVENÇÃO DE BASILEIA SOBRE O CONTROLE DE MOVIMENTOS
TRANSFRONTEIRIÇOS DE RESÍDUOS PERIGOSOS E SEU DEPÓSITO
ESTUDO DE CASOS

BIBLIOGRAFIAS

- MCCORMICK, J. História dos movimentos ambientalistas. Rio de Janeiro: Dumará, 1992.

- RIBEIRO, W. C. A ordem ambiental internacional. São Paulo: Contexto, 2008.
- SOARES, G. F. S. A proteção internacional do meio ambiente. São Paulo: Manole, 2003.

DISCIPLINA:
PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE
RESUMO
A maior parte da população brasileira mora nas áreas urbanas. Seguindo uma tendência mundial, a aglomeração nos grandes centros potencializa uma série de problemas, principalmente quando as condições socioeconômicas não são favoráveis. Na realidade brasileira, uma significativa parcela da população enfrenta diretamente as consequências dessa situação, como a existência de um ineficiente saneamento básico, a precariedade na mobilidade urbana, a falta de moradias, entre muitos outros problemas.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INTRODUÇÃO O DESENVOLVIMENTO URBANO BRASILEIRO O ESTATUTO DA CIDADE SUSTENTABILIDADE NAS CIDADES CIDADES INTELIGENTES DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE COMUNIDADES: UMA NORMA DA ABNT NA PRÁTICA FINALIZANDO
AULA 2 INTRODUÇÃO ÁREAS VERDES E ESPAÇOS LIVRES CONTRIBUIÇÃO PARA AS CIDADES MÉTODO COMPOSTO PARA AVALIAÇÃO DE FLORESTAS URBANAS A INTEGRAÇÃO DAS ÁREAS VERDES COM ESPAÇOS URBANOS GESTÃO DA FAUNA URBANA NA PRÁTICA FINALIZANDO
AULA 3 INTRODUÇÃO A LEI N. 12.587/2012 PRINCÍPIOS DA MOBILIDADE URBANA MOBILIDADE E O DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL BOAS PRÁTICAS EM MOBILIDADE URBANA NA PRÁTICA FINALIZANDO
AULA 4 INTRODUÇÃO PANORAMA DO RESÍDUO SÓLIDO NAS CIDADES BRASILEIRAS AS LEIS AMBIENTAIS APLICADAS NA GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NO BRASIL

PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
ATERROS SANITÁRIOS E LIXÕES
BONS EXEMPLOS NA GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

AULA 5

INTRODUÇÃO
A OFERTA DE ÁGUA NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS
O PROBLEMA DO ESGOTO NAS CIDADES BRASILEIRAS
ENCHENTES E INUNDAÇÕES
O PLANO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS (PNRH)
BOAS PRÁTICAS MUNICIPAIS NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

AULA 6

INTRODUÇÃO
QUAIS SÃO OS DESAFIOS DAS CIDADES?
O CRESCIMENTO DAS CIDADES E A PERIFERIZAÇÃO
PLANO DIRETOR
BASE PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO
COMO CONSTRUIR CIDADES SUSTENTÁVEIS?
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

BIBLIOGRAFIAS

- CAVALCANTI, C. B. Política nacional de desenvolvimento urbano: programa de reabilitação de áreas urbanas centrais. Brasília: Secretaria Nacional de Programas Urbanos, 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/100705oficinamobilitadeiphan.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2019.
- COMPORTO, J. R. Gestão urbana sustentável. Plataforma Global pelo Direito à Cidade, 2017. Disponível em: http://www.righttothecityplatform.org.br/download/publicacoes/ARTIGO_GEST%C3%83%C6%92O_CIDADE_congresso.pdf. Acesso em: 28 fev. 2019.
- FERNANDES, E. Estatuto da cidade: promovendo o encontro das agendas “verde” e “marrom”. In: FERREIRA, H. S.; LEITE, J. R. M. (Coord.). Estado de direito ambiental: tendências – aspectos constitucionais e diagnósticos. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2004.

DISCIPLINA:

CONSERVAÇÃO E MANEJO DA BIODIVERSIDADE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

RESUMO

Nesta disciplina vamos discutir alguns conceitos importantes e necessários para entender como devem ser realizados os manejos da biodiversidade a fim de obter resultados positivos na manutenção e recuperação de ambientes degradados por diversas atividades humanas. Os conceitos abordados nos acompanharão em outros momentos,

portanto, será muito interessante dominá-los para que seja possível entender futuramente algumas decisões tomadas em planos de manejo para a conservação da biodiversidade. Eles também nos ajudarão no entendimento das relações existentes entre os vários componentes de um mesmo ecossistema e de ecossistemas diferentes, pois, quando tratamos da biodiversidade, estamos nos remetendo a um número imenso de inter-relações.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
O ESTUDO EM NÍVEIS DE ORGANIZAÇÃO
PADRÕES EVOLUTIVOS E FONTES DE ENERGIA
BEM-ESTAR HUMANO E CONSERVAÇÃO
ESTUDO DE CASO

AULA 2

INTRODUÇÃO
AMBIENTES FRAGMENTADOS, METAPOPULAÇÕES E EXTINÇÕES
CRESCIMENTO POPULACIONAL
LIMITES POPULACIONAIS
ESTUDO DE CASO

AULA 3

INTRODUÇÃO
TEIAS ALIMENTARES E NÍVEIS TRÓFICOS
SUCESSÃO DE ESPÉCIES
PRODUTIVIDADE NOS ECOSSISTEMAS
ESTUDOS DE CASO

AULA 4

INTRODUÇÃO
SUCESSÃO ECOLÓGICA
MECANISMOS E TESTES DE SUCESSÃO
RESTAURAÇÃO AMBIENTAL
ESTUDO DE CASO

AULA 5

INTRODUÇÃO
HETEROGENEIDADE AMBIENTAL E DIVERSIDADE DE ESPÉCIES
FRAGMENTAÇÃO E MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO
BIOGEOGRAFIA DE ILHAS, PADRÕES DE DIVERSIDADE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS
ESTUDOS DE CASO

AULA 6

INTRODUÇÃO
ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE
ENTREVISTAS E QUESTIONÁRIOS EM TRABALHOS DE CONSERVAÇÃO
MANEJO INTEGRADO DE ESPÉCIES AMEAÇADAS
ESTUDOS DE CASO

BIBLIOGRAFIAS

- DOBSON, A. P. Conservation and biodiversity. New York: Scientific American Library, 1995. 264 p.
- GODOWN, M. E.; PETERSON, A. T. Preliminary distributional analysis of U.S. endangered bird species. Biodiversity and Conservation, n. 9, p. 1-10, 2000.
- HEYWOOD, V. H. (Ed.). Global biodiversity assessment. Cambridge: UNEP/Cambridge University Press, 1995. 1.140 p.

DISCIPLINA:

GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS E EFLUENTES

RESUMO

O crescimento econômico tem levado a sociedade a uma era de consumo e extração dos recursos naturais nunca vista anteriormente na história. Em conjunto com esse crescimento, tem-se visto o aumento dos desastres ambientais, principalmente os causados pela ação direta do ser humano. Derramamentos de petróleo, queda de barragens de contenção, disposição de resíduos perigosos de maneira inadequada são alguns dos exemplos que podemos observar de danos ambientais atuais. Compreender os impactos desses fatores na economia faz parte dos objetivos desta disciplina.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

ECONOMIA AMBIENTAL

ECONOMIA ECOLÓGICA

ECONOMIA DA POLUIÇÃO

CONTABILIDADE AMBIENTAL NACIONAL

AULA 2

INTRODUÇÃO

INSTRUMENTOS DE POLÍTICA AMBIENTAL

IMPACTOS NO COMÉRCIO INTERNACIONAL

ACORDOS AMBIENTAIS MULTILATERAIS

POLÍTICA AMBIENTAL BRASILEIRA

AULA 3

INTRODUÇÃO

POLUIDOR-PAGADOR

PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS (PSA)

COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL E RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL

AULA 4

INTRODUÇÃO

RECURSOS HÍDRICOS

AR

SOLO
FAUNA E FLORA

AULA 5

INTRODUÇÃO
MOTIVOS
CONSEQUÊNCIAS
AVALIAÇÃO DOS DANOS
LEGADO

AULA 6

INTRODUÇÃO
DESASTRE NUCLEAR DE CHERNOBYL
DERRAMAMENTO DE PETRÓLEO NO GOLFO DO MÉXICO
A FUMAÇA DE BHOPAL
FUTURO

BIBLIOGRAFIAS

- BÖHRINGER, C.; JOCHEM, P. Measuring the immeasurable: a survey of sustainability indices. *Ecological Economics*, n. 63, 2007.
- CAVALCANTI, C. Concepção da economia ecológica: suas relações com a economia dominante e a economia ambiental. *Estudos Avançados*, v. 24, n. 68, p. 53-67, 2010.
- CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

DISCIPLINA:

ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO

RESUMO

É preciso conhecer os conceitos básicos do direito tributário e financeiro. Você perceberá que os conceitos e institutos que aprenderemos serão recorrentes em nossas conversas e na própria legislação. Por isso, é primordial a compreensão do conteúdo desta aula para o desenvolvimento da disciplina. Iniciaremos com o conceito de tributo trazido pelo Código Tributário Nacional, para, no segundo momento, reconhecermos e distinguirmos as espécies tributárias. Compreendido o tributo, passaremos para os princípios constitucionais tributários que são verdadeiras limitações ao poder de tributação do Estado. Logo em seguida trataremos da obrigação e crédito tributário, para finalizarmos com o aprendizado das diversas modalidades de lançamento tributário.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

CONCEITO DE TRIBUTO
ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS
PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS
OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA
CRÉDITO TRIBUTÁRIO: LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO

AULA 2

COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA
COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA NO COMEX
LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA
ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
MERCOSUL E TRIBUTOS

AULA 3

IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS (IPI)
PIS/PASEP E COFINS
ICMS
DEMAIS TRIBUTOS

AULA 4

OMC E TRIBUTAÇÃO
MEDIDAS ANTIDUMPING
MEDIDAS COMPENSATÓRIAS
MEDIDAS DE SALVAGUARDA
IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO

AULA 5

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO
ELISÃO FISCAL
EVASÃO FISCAL
BITRIBUTAÇÃO E DUPLA ISENÇÃO
CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA

AULA 6

BENEFÍCIOS FISCAIS DE ÂMBITO GERAL E DE ÂMBITO RESTRITO NO COMÉRCIO EXTERIOR
REGIMES ESPECIAIS ADUANEIROS
INCENTIVOS FINANCEIROS À EXPORTAÇÃO
ISENÇÕES E REDUÇÕES DE TRIBUTOS
REGIMES EM ÁREAS ESPECÍFICAS

BIBLIOGRAFIAS

- AMARO, L. Direito Tributário Brasileiro. 16ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- ÁVILA, A. R. S. Curso de Direito Tributário. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2007.
- CARVALHO, P. B. Curso de Direito Tributário. 24ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

DISCIPLINA:

PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

RESUMO

Esta disciplina irá expor que, os problemas existentes no contexto do meio ambiente, ainda são tratados de modo insuficiente, sem a devida análise sistêmica e sem a adoção de metodologias eficazes para sua avaliação e manejo adequados. Fenômenos como o

aquecimento global, a escassez e a contaminação da água potável, a destruição e o inadequado cuidado com a vegetação natural, a ocupação incorreta de áreas naturais e urbanas, além de outros problemas ambientais que colocam em risco a qualidade de vida no planeta recebem, ainda e infelizmente, tratamento e análises insuficientes por parte de órgãos públicos e de empresas privadas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

MEIO AMBIENTE E RELATOS HISTÓRICOS

A ECO-92 E A RIO +20

PRÁTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE NO CONTEXTO GLOBAL

AULA 2

INTRODUÇÃO

DIREITO AMBIENTAL

PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DO MEIO AMBIENTE

PRINCÍPIOS DO DIREITO AMBIENTAL

INSTRUMENTOS DE DEFESA DOS BENS AMBIENTAIS

AULA 3

INTRODUÇÃO

INSTRUMENTOS DA PNMA

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS – AIA: EIA

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL (RIMA)

AULA 4

INTRODUÇÃO

PLANO DIRETOR

BASE PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL

SUSTENTABILIDADE NAS CIDADES

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE COMUNIDADES – UMA NORMA DA ABNT

AULA 5

INTRODUÇÃO

PLANO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS (PNRH)

SANEAMENTO BÁSICO, UM OBSTÁCULO PARA O DESENVOLVIMENTO

SUSTENTÁVEL

CÓDIGO FLORESTAL BRASILEIRO

A INTEGRAÇÃO DAS ÁREAS VERDES COM OS ESPAÇOS URBANOS

AULA 6

INTRODUÇÃO

RESILIÊNCIA, UMA META PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

PASSOS ESSENCIAIS PARA A CONSTRUÇÃO DE CIDADES RESILIENTES A

DESASTRES

GESTÃO DE RISCOS URBANOS E CONTROLE DE DESASTRES
GESTÃO DE RISCOS URBANOS E CONTROLE DE ENCHENTES E INUNDAÇÕES

BIBLIOGRAFIAS

- ALENCASTRO, M. S. C. Empresas, ambiente e sociedade: introdução à gestão - socioambiental corporativa. Curitiba: InterSaberes, 2013. - ANDRADE, L. M. D. A proteção constitucional ao meio ambiente: (trecho 4). - Jusbrasil, 2016. Disponível em: <https://liv Andrade.jusbrasil.com.br/artigos/37665> - 5534/a-protacao-constitucional-ao-meio-ambiente. Acesso em: 3 maio 2019.
- BARBIERI, J. C. Gestão ambiental empresarial. São Paulo: Saraiva, 2007. - BAYER, A. D. Princípios norteadores do direito ambiental: (resumo). - Disponível em: <https://diegobayer.jusbrasil.com.br/artigos/121943191/principios-norteadores-do-direito-ambiental-resumo>. Acesso em: 3 maio 2019.
- ROCHA, L. L. Evolução histórica do Direito Ambiental e responsabilização pelo dano ambiental no Direito Brasileiro. Jurisway, 21 ago. 2014. Disponível em: - https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=13741. Acesso em: 3 maio - 2019.

DISCIPLINA:

ÉTICA E TECNOLOGIA SUSTENTÁVEL

RESUMO

Considerando que as relações entre o homem e a natureza são intrínsecas e de que qualquer desprendimento é prejudicial, além de acarretar processos danosos a ambos, o objetivo é que o leitor possa entender essa relação conflituosa e o que modela sua coexistência. Um modelo capitalista de produção atrelado a um intenso e progressivo desenvolvimento tecnológico tem sido relacionado ao resultado de um ecossistema cada vez mais fragilizado. Diante da exploração de recursos feita de maneira irresponsável e sem cálculo de riscos ao ambiente, a procura por padrões emergenciais e avaliados sob a ótica de uma ética ambiental se torna necessária. Dessa forma, este material se propõe a estimular o senso analítico e crítico do aluno para com as responsabilidades que se deva assumir no cuidado com a preservação do meio ambiente e, claro, defesa da própria sobrevivência.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

A PROBLEMÁTICA DA CONDUTA HUMANA
A TECNOLOGIA A SERVIÇO DO PROGRESSO
A CRISE AMBIENTAL EM PAUTA
A CRISE AMBIENTAL CONTEMPORÂNEA
DEIXANDO CLARO: HÁ UMA CRISE!
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

AULA 2

SOBRE A ÉTICA
FILOSOFIA E AS TEORIAS ÉTICAS
PERSPECTIVAS SOBRE AS TEORIAS ÉTICAS
ÉTICA AMBIENTAL
CLIVAGENS SER HUMANO/NATUREZA

NA PRÁTICA
FINALIZANDO

AULA 3

A ÉTICA DA TERRA E A ECOLOGIA PROFUNDA
DIREITOS DOS ANIMAIS
O CONTRATO NATURAL
O PRINCÍPIO RESPONSABILIDADE
A ÉTICA DO CUIDADO
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

AULA 4

A EMERGÊNCIA DAS CONFERÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ATIVISMO AMBIENTAL
O IDEÁRIO SUSTENTABILIDADE
EDUCAÇÃO E ÉTICA AMBIENTAL
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

AULA 5

CONSUMO CONSCIENTE
CRISE ENERGÉTICA
CRISE HÍDRICA E A FALTA DE CUIDADO COM O SOLO
A ESCASSEZ DE ALIMENTOS
REFUGIADOS AMBIENTAIS
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

AULA 6

ABORDAGEM TECNICISTA
UMA DÉMARCHE DE NATUREZA ÉTICA
RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA
CONSTRUINDO BASES PARA CIDADES SUSTENTÁVEIS
UMA CONCLUSÃO?
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

BIBLIOGRAFIAS

- ALENCASTRO, M. S. C. Ética e meio ambiente: construindo as bases para um futuro sustentável. Curitiba: InterSaber, 2015.
- FONSECA, A. et al. Boletim do desmatamento da Amazônia Legal: (março 2018) SAD. Imazon, 20 abr. 2018. Belém, 2019. Disponível em: <https://imazon.org.br/publicacoes/boletim-do-desmatamento-da-amazonialegal-marco-2018-sad/>. Acesso em: 26 set. 2019.
- FUINI, S. C. et al. Qualidade de vida dos indivíduos expostos ao césio-137, em Goiânia, Goiás, Brasil. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 29, n. 7, p. 1301-1310, jul. 2013.

DISCIPLINA: NEGOCIAÇÃO E GESTÃO DE CONFLITOS
RESUMO
<p>A famosa frase de Aristóteles diz que “somos seres sociais por natureza”, assim, precisamos ter contato com outras pessoas, e por isso mantemos relações sejam elas afetivas, profissionais, familiares entre outras. Entretanto, nem sempre esse contato é harmonioso, pois cada ser humano é único, ou seja, as pessoas são diferentes, com visões de mundo e formas de conceber a vida desiguais. Com isso, o conflito pode aparecer e existe a necessidade de ser solucionado e/ou controlado. O primeiro passo é identificar o conflito e suas influências, que podem ser tanto negativas como positivas. Muitas vezes, quando ouvimos a palavra conflito, normalmente a classificamos como algo negativo, mas veremos adiante que, em alguns casos, o conflito pode ser positivo. Além disso, serão abordados alguns conceitos, características, histórico e a visão do RH no Brasil.</p>
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>AULA 1 INTRODUÇÃO A TEORIA EVOLUTIVA DOS CONFLITOS AO LONGO DA HISTÓRIA A GESTÃO DE CONFLITOS COMO MEIO DE PACIFICAÇÃO NOS AMBIENTES CORPORATIVOS: SURGIMENTO E ESTRUTURAÇÃO TIPOS DE CONFLITOS, NÍVEIS DE GRAVIDADE E FORMAS DE ADMINISTRÁ-LOS A RESPOSTA AO CONFLITO CORPORATIVO NO BRASIL – VISÃO VOLTADA AO RH</p>
<p>AULA 2 INTRODUÇÃO NEGOCIAÇÃO DE CONFLITOS COMO MÉTODO DE RESOLUÇÃO PACÍFICA DE CONFLITOS CONCILIAÇÃO COMO MÉTODO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS MEDIACÃO DE CONFLITOS E OS SEUS PRINCIPAIS ASPECTOS ARBITRAGEM COMO MÉTODO DE SOLUÇÃO</p>
<p>AULA 3 INTRODUÇÃO TECNOLOGIA, O SURGIMENTO DE NOVOS PARADIGMAS CONFLITUAIS E NOVAS FORMAS DE ACESSO À JUSTIÇA A PRÁTICA DA AVALIAÇÃO NEUTRA (NEUTRAL EVALUATION) E FACILITAÇÃO DE DIÁLOGOS A IMPLEMENTAÇÃO DE COMITÊS INTERNOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS FORMAÇÃO DE MEDIADORES E GESTORES MEDIADORES DE CONFLITOS CORPORATIVOS: A VISÃO DA ÁGUIA</p>
<p>AULA 4 INTRODUÇÃO A CULTURA DA PAZ COMO UM ELEMENTO A SER IMPLEMENTADO NO AMBIENTE CORPORATIVO O CLIMA ORGANIZACIONAL NAS CORPORAÇÕES E A RELAÇÃO COM O ADOECIMENTO NO TRABALHO O RH COMO INTERLOCUTOR E SEU PAPEL NA MEDIAÇÃO E PACIFICAÇÃO DOS</p>

CONFLITOS

GESTÃO DE CONFLITOS CORPORATIVOS COMO UM DESAFIO ORGANIZACIONAL:
DA TEORIA À PRÁTICA

AULA 5

INTRODUÇÃO

PRINCIPAIS ASPECTOS E A APLICABILIDADE DA TEORIA DOS JOGOS (TEORIA DO EQUILÍBRIO DE JOHN NASH)

A TRANSFORMAÇÃO PELA MEDIAÇÃO DOS CONFLITOS: A PRÁTICA DA MEDIAÇÃO COMUNITÁRIA

A NEGOCIAÇÃO COMO FERRAMENTA DOS CONFLITOS ORGANIZACIONAIS: PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS

INTELIGÊNCIA EMOCIONAL – HABILIDADE DO GESTOR NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

AULA 6

INTRODUÇÃO

CONCILIAÇÃO COMO MÉTODO DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

A PRÁTICA DA MEDIAÇÃO PELO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

ARBITRAGEM: UMA ANÁLISE PRÁTICA A RESPEITO DA SUBMISSÃO DE UM CONFLITO TRABALHISTA À ARBITRAGEM

CONCLUINDO

BIBLIOGRAFIAS

- BERG, E. A. Administração de conflitos: abordagens práticas para o dia a dia. ed. Curitiba: Juruá, 2012.
- BURBRIDGE, R. M.; BURBRIDGE, A. Gestão de conflitos: desafios do mundo corporativo. São Paulo: Saraiva, 2012.
- CHIAVENATO, I. Gestão de pessoas: e o novo papel dos recursos humanos na organização. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.